

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

LIÇÕES DE
TEORIA GERAL DO
DIREITO
CIVIL

4.^A EDIÇÃO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Nota à 4. ^a edição.....	7
CAPÍTULO I	
O DIREITO CIVIL.....	9
1. O direito civil como direito privado geral.....	9
1.1. A distinção entre o direito privado e o direito público.....	9
1.1.1. Critérios objetivos	10
1.1.2. Teorias subjetivas	12
1.1.3. Ponderação crítica	13
1.2. O direito civil e os outros ramos de direito privado especiais	28
2. O sentido e a intencionalidade do direito civil. Os princípios fundamentais	29
2.1. O personalismo ético	29
2.2. O princípio da autonomia	31
2.2.1. O sentido ético-axiológico da autonomia.....	31
2.2.2. Os instrumentos de realização da autonomia no quadro do direito privado.....	60
a. O direito subjetivo (remissão)	61
b. O contrato.....	61
2.2.3. O princípio da liberdade contratual.....	67
2.2.4. Contratos de adesão	71
2.3. O princípio da boa-fé	75
2.3.1. Boa-fé em sentido subjetivo	76

2.3.2. Boa-fé em sentido objetivo	77
2.3.3. O princípio da confiança	80
2.4. O princípio da responsabilidade.....	83
2.4.1. Modalidades de responsabilidade civil	84
a. Plano estrutural.....	86
b. Plano funcional.....	87
c. Plano fundacional/axiológico.....	91
2.4.2. Pressupostos da responsabilidade civil	93
2.4.2.1. Responsabilidade extracontratual.....	93
2.4.2.2. Responsabilidade contratual	111
2.4.2.3. Responsabilidade pré-contratual	111
2.4.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	113
2.5. O princípio da igualdade	120
2.6. O reconhecimento da personalidade jurídica e a tutela dos direitos de personalidade	143
2.7. A proteção da família	143
2.9. A proteção da propriedade privada	150
O código civil.....	153
1. Os antecedentes: o Código de Seabra.....	153
2. O Código de 1966.....	160
CAPÍTULO II	
A RELAÇÃO JURÍDICA.....	169
1. Noção de relação jurídica.....	169
2. Os elementos da relação jurídica.....	172
3. O conteúdo da relação jurídica	175
4. O direito subjetivo em sentido amplo.....	175
4.1. A gênese do direito subjetivo	175
4.2. A conceptualização germânica e a construção dogmática dos direitos subjetivos privados: a teoria da vontade e a teoria do interesse.....	186
4.3. Do objetivismo moderado de Ihering ao objetivismo radical de Duguit e Kelsen	195
4.4. Do individualismo ao personalismo ou a sustentação do direito subjetivo por referência à pessoa	206
4.5. O conceito de direito subjetivo	218
4.5.1. O poder ou a faculdade	219
4.5.2. Reconhecido ou atribuído pela ordem jurídica	220
4.5.3. De em princípio livremente.....	221

4.5.4. Modalidades do direito subjetivo (em sentido amplo)	223
4.5.4.1. Direito subjetivo em sentido estrito	223
4.5.4.2. Direito potestativo	235
4.5.5. Classificação de direitos subjetivos	236
5. Outras posições subjetivas	239
5.1. Expectativas jurídicas	239
5.2. Ónus jurídicos	242
6. Os limites do direito subjetivo	242
6.1. O abuso do direito	242
6.2. Colisão de direitos	267
7. A dinâmica da relação jurídica	270
7.1. Constituição de direitos	270
7.2. Aquisição de direitos	270
7.3. Modificação de direitos	283
7.4. Extinção de direitos	284
CAPÍTULO III	
OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA	285
Pessoas singulares	286
1. O início da personalidade jurídica	286
2. O estatuto jurídico dos nascituros	288
2.1. Os nascituros concebidos	288
2.2. Nascituros ainda não concebidos	325
3. Termo da personalidade jurídica	325
4. A ausência	326
4.1. Curadoria provisória	327
4.2. Curadoria definitiva	328
4.3. Declaração de morte presumida	328
5. O conteúdo mínimo da personalidade: os direitos de personalidade	330
5.1. O surgimento histórico dos direitos de personalidade	330
5.2. As objeções levantadas à existência de direitos de personalidade	332
5.3. A ponderação crítica das objeções levantadas	336
5.4. Características dos direitos de personalidade	342
5.5. A tutela <i>post-mortem</i> dos direitos de personalidade	347
5.6. Os bens da personalidade e os direitos especiais de personalidade	351
5.6.1. Direito à vida	351

5.6.2. O direito à integridade física	363
5.6.3. Direito à integridade psíquica	365
5.6.4. Direito à integridade moral.....	366
5.6.5. Direito à identidade	394
5.6.6. Direito à imagem	396
5.6.7. Direito à privacidade	399
5.6.8. Direito à honra	404
5.6.9. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	407
6. A capacidade: capacidade de gozo e capacidade de exercício	419
7. Menoridade.....	420
8. Acompanhamento de maiores	440
9. Legitimidade	493
Pessoas coletivas	494
1. Noção e natureza.....	494
2. Elementos da pessoa coletiva	499
3. Formação das pessoas coletivas.....	513
4. Classificações de pessoas coletivas	514
5. Tipologia de pessoas coletivas.....	517
6. Capacidade de gozo das pessoas coletivas.....	519
6.1. O artigo 160.º CC.....	520
6.2. O princípio da especialidade do fim.....	523
6.2.1. Posições doutrinárias	523
6.2.2. Posições jurisprudenciais (em sentido lato)	528
6.2.3. Proposta interpretativa em matéria de especialidade do fim.....	532
a. O fundamento do princípio da especialidade do fim	532
b. Capacidade e legitimidade	535
c. Categorias de atos e os atos em concreto. A eficácia do princípio da especialidade.....	536
d. Fim e objeto: a diferente relevância. O caso particular das associações e fundações	540
7. A capacidade de exercício das pessoas coletivas.....	543
8. Responsabilidade civil das pessoas coletivas	544
8.1. A responsabilidade extracontratual das pessoas coletivas	545
8.2. Responsabilidade contratual das pessoas coletivas	550
8.3. Outros problemas de responsabilidade.....	558
9. A desconsideração/o levantamento da personalidade coletiva — breve excursão	568
Outros sujeitos da relação jurídica?	570
1. Os animais como sujeitos de direitos?.....	571
2. A existência de pessoas eletrônicas? Reflexões em torno da inteligência artificial.....	582

CAPÍTULO IV	
O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA	587
1. Considerações genéricas	587
2. Os possíveis objetos da relação jurídica	587
CAPÍTULO V	
O FACTO JURÍDICO	595
1. Noção. Factos relevantes e irrelevantes do ponto de vista jurídico. Factos involuntários e voluntários. Simples atos jurídicos e negócios jurídicos	595
2. O negócio jurídico	598
3. Modalidades/classificações de negócios jurídicos	611
3.1. Critério do número, sentido e modo de articulação das declarações negociais que integram o negócio	611
3.2. Critério da constituição	614
3.3. Critério da natureza da relação jurídica constituída, modificada ou extinta pelo negócio jurídico	617
3.4. Critério da natureza da relação jurídica a que o negócio se refere, do ponto de vista da possibilidade de ser avaliável em dinheiro	617
3.5. O critério do conteúdo e finalidade do negócio	617
3.6. Critério do momento da produção de efeitos jurídicos	633
3.7. Critério do risco e da importância patrimonial do negócio	634
3.8. Critério da forma	636
3.9. Critério da relevância da relação jurídica que constitui a sua causa	636
4. Formação do negócio jurídico	638
4.1. Declarações negociais ou declarações de vontade	639
4.1.1. Noção	639
4.1.2. Tipos de declarações negociais	641
4.1.3. Declaração negocial presumida e declaração negocial ficta	642
4.1.4. Protesto e reserva	642
4.1.5. O silêncio	642
4.2. A forma do negócio jurídico	644
4.2.1. O princípio da liberdade de forma e as exceções	644
4.2.2. Tipos de forma	646
4.2.3. O âmbito da forma legal exigida	661
4.2.4. Consequências da inobservância da forma	662
a. Forma legal	662
b. Forma convencional	664
4.3. A perfeição negocial	666
5. Interpretação e integração dos negócios jurídicos	678
5.1. Interpretação, interpretação complementadora e integração: a natureza jurídica	678

5.2. A teoria da impressão do destinatário e os limites do artigo 236.º CC	692
5.3. Os casos duvidosos	696
5.4. Os desvios à teoria da impressão do destinatário	698
5.4.1. No sentido de um maior objetivismo	698
5.4.2. No sentido de um maior subjetivismo: o caso dos testamentos ...	698
5.5. As cláusulas de interpretação do negócio jurídico	700
5.6. A integração do negócio jurídico	709
6. Divergências entre a vontade e a declaração	711
6.1. Simulação	714
6.1.1. Noção e elementos	714
6.1.2. Modalidades	723
6.1.3. Regime	724
6.1.3.1. O negócio simulado	724
6.1.3.2. O negócio dissimulado	731
6.1.4. A prova da simulação	734
6.2. Reserva mental	735
6.2.1. Noção	735
6.2.2. Modalidades	738
6.2.3. Regime	739
6.3. Declarações não sérias	743
6.3.1. Noção	743
6.3.2. Regime	745
6.4. Coação física ou coação absoluta	749
6.4.1. Noção	749
6.4.2. Regime	751
6.5. Falta de consciência da declaração	751
6.6. Erro obstáculo ou erro na declaração	757
6.6.1. Noção e regime	757
6.6.2. Erro de cálculo ou de escrita	760
6.6.3. Erro na transmissão da declaração	760
7. Vícios da vontade	763
7.1. Erro-vício	763
7.1.1. Noção	763

7.1.2. Modalidades.....	764
7.1.2.1. O erro sobre a pessoa do declaratário	765
7.1.2.2. Erro sobre o objeto	765
a. O erro sobre medida do objeto.....	769
b. O erro sobre o valor	772
c. O erro sobre as qualidades que aumentam o valor da coisa	779
7.1.2.3. Erro sobre os motivos	785
7.1.3. Regime do erro-vício	790
7.1.3.1. Requisitos gerais de relevância do erro-vício.....	790
7.1.3.2. Requisitos especiais de relevância do erro	808
7.1.4. A anulabilidade do negócio e responsabilidade civil.....	813
7.1.5. O erro na contratação eletrônica	814
7.2. Dolo	819
7.2.1. Noção	819
7.2.2. Elementos e requisitos de relevância.....	820
a. Dolo ativo e dolo omissivo	820
b. A relação entre o dolo (vício da vontade) e o dolo forma de culpa. O problema da indução negligente em erro	820
c. <i>Dolus bonus e dolus malus</i>	857
d. Dolo essencial e dolo incidental.....	860
7.3. Regime.....	860
7.3.1. O dolo do declaratário	860
7.3.2. O dolo de terceiro	861
7.4. Coação moral ou relativa	861
7.4.1. Noção	861
7.4.2. Regime	862
7.4.3. A aplicação analógica do regime da coação moral.....	864
7.5. Estado de necessidade	879
7.5.1. Noção e requisitos de relevância	879
7.5.2. Regime	884
7.5.3. A usura e a ofensa dos bons costumes.....	885
7.6. Incapacidade acidental	885
8. Alteração superveniente das circunstâncias.....	887

9. Objeto e conteúdo do negócio jurídico.....	895
9.1. Considerações genéricas.....	895
9.2. Possibilidade física e legal.....	895
9.3. Não contrariedade à lei: licitude.....	909
9.4. Determinabilidade.....	910
9.5. Conformidade aos bons costumes	911
9.6. Conformidade à ordem pública	913
10. Cláusulas acessórias típicas	913
10.1. Condição	913
a. Noção; requisitos; modalidades	913
b. Aponibilidade da condição	914
c. Validade e invalidade da condição.....	915
d. Condição suspensiva	917
e. Condição resolutiva.....	918
f. A boa-fé ao nível do regime da condição	918
10.2. Termo.....	919
10.3. Cláusula modal ou modo.....	920
10.4. Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade	923
10.5. Cláusula penal.....	937
10.6. Cláusulas de <i>no consequential loss</i>	938
a. A doutrina do dano direto e imediato e a adequação	940
b. A mudança de perspetiva em matéria de causalidade	946
c. A causalidade fundamentadora da responsabilidade e a causalidade preenchedora da responsabilidade.....	950
d. O problema dos danos reflexos	954
e. O problema como um problema de interpretação das declarações negociais	955
f. O problema da validade	956
10.7. Cláusulas <i>sole remedy</i>	957
10.8. Cláusulas <i>basket amount</i>	967
10.9. Cláusulas de preterição da anulabilidade.....	968
11. Representação	979
11.1. Noção, elementos e modalidades.....	979
11.2. Legitimação representativa	984
11.3. Representação sem poderes e abuso de representação.....	985
11.4. O negócio consigo mesmo.....	988
11.4.1. Considerações gerais	988
11.4.2. A <i>ratio</i> do negócio consigo mesmo.....	991
11.4.3. O conflito de interesses e a extensão teleológica do artigo 261.º CC	995

11.4.3.1. As respostas da jurisprudência.....	995
11.4.3.2. Os diversos argumentos.....	997
a. O argumento metodológico — a interpretação da norma.....	997
b. O argumento sistemático — outras hipóteses de conflito de interesses no direito privado	1001
i. O poder paternal e a tutela	1001
ii. Os maiores acompanhados e o artigo 150.º CC.....	1003
iii. O artigo 397.º CSC e os negócios dos administradores com a sociedade	1004
11.4.3.3. A interpretação do artigo 261.º CC à luz da consideração do conflito de interesses.....	1012
12. Ineficácia e invalidade do negócio jurídico	1015
12.1. Considerações gerais	1015
12.2. Invalidade. Modalidades	1017
12.3. A inexistência.....	1020
12.4. A relação de liquidação.....	1023
13. Redução e conversão dos negócios jurídicos	1045
14. Formas de cessação dos efeitos do negócio jurídico.....	1047
Índice.....	1049



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL